

---

# INTRODUÇÃO

A segregação residencial por raça é um fenômeno existente na metrópole paulistana, e também um elemento muito significativo para a estruturação das hierarquias raciais no contexto urbano da região metropolitana de São Paulo.

Esta assertiva norteia a argumentação desenvolvida no presente livro. Não é banal afirmá-la, uma vez que ela contraria discursos hegemônicos no senso comum brasileiro, ratificados por diversas análises acadêmicas. Nas versões mais pueris e malignas desse discurso, diz-se que a ausência de segregação por raça é indício de que o racismo no Brasil não é tão grave; nas versões mais esclarecidas e sofisticadas, pondera-se que o sistema de dominação racial brasileiro é tão refinado que prescinde de segregação. Em claro contraste em relação a ambos os posicionamentos, buscamos aqui demonstrar os contornos e peculiaridades que caracterizam a forma pela qual a segregação por raça se manifesta na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), bem como construir interpretações sociológicas que integrem a segregação enquanto elemento essencial da estrutura racial da sociedade brasileira.

O objetivo é demonstrar de que modo barreiras entre brancos e negros estão inscritas no espaço, moldando relações e cristalizando desigualdades. Deste modo,

a expectativa é contribuir para o acúmulo de conhecimento acadêmico acerca da importância do espaço para a estrutura de diferenciações e desigualdades raciais na sociedade brasileira.

Apesar de já existirem diversos estudos que mensuram os graus de separação das residências de negros e brancos ou descrevem características da presença negra no espaço urbano das cidades brasileiras, a segregação por raça ainda carece de uma reflexão mais profunda que vise demonstrar como os lugares ocupados ou frequentados no espaço das cidades se articulam com as relações e desigualdades raciais. Este trabalho pretende propor uma interpretação sobre a relevância da segregação residencial enquanto dimensão estruturante das relações raciais no Brasil, tendo como referência o caso da região metropolitana de São Paulo (RMSP) em período recente. Com cerca de 20 milhões de habitantes (ou em torno 10% da população do país) a RMSP é a maior metrópole brasileira e uma das maiores do mundo. Esta metrópole concentra uma ampla gama de atividades econômicas, que representa 19% do Produto Interno Bruto (PIB) do país, com um mercado de trabalho complexo, estratificação social diversificada, além de fortes desigualdades sociais, raciais e espaciais (Marques, 2015; Ribeiro, 2015). Ressalta-se, porém, que não pretendemos criar generalizações para o país a partir de evidências de um contexto local, mas a partir deste, podemos levantar hipóteses maiores para a reflexão sobre raça e segregação no Brasil.

Já faz cerca de dez anos que temos nos debruçado sobre o tema da segregação residencial por raça e sobre evidências empíricas deste fenômeno na metrópole de São Paulo. A partir deste primeiro momento, nossas investigações têm tido como motivação a construção de argumentos para nos contrapor a assertivas, segundo as quais a segregação por raça não seria um elemento relevante nem para a análise das relações raciais na sociedade brasileira, nem mesmo para o estudo das nossas cidades. Para tais perspectivas, só haveria segregação por raça no Brasil na medida em que esta seria condicionada pela segregação por classe social, esta última realmente significativa.

A comparação com os Estados Unidos é o principal argumento utilizado para diminuir a importância da segregação racial no Brasil, dando destaque apenas à segregação por classe social. Como justificativa, é recorrente a alusão aos guetos negros e ao histórico do Jim Crow, cujas regras, amparadas em legislação, impediam que negros e brancos compartilhassem escolas, assentos em ônibus, bebedouros etc. Há, portanto, um imaginário que sugere que segregação racial é uma coisa dos Estados Unidos (ou então da África do Sul do *apartheid*). Este imaginário acaba sendo reforçado pelo fato dos estudos sobre

segregação residencial do mundo todo serem intensamente influenciados pela produção norte-americana, que possui o maior acúmulo de trabalhos acadêmicos e técnicas de investigação sobre este fenômeno social.

Nos Estados Unidos, a segregação racial é, de fato, um fenômeno de grandes proporções que há muito tempo desperta preocupações nos debates público e acadêmico desde o início do século XX, quando houve grande crescimento urbano neste país. Há, na sociologia norte-americana, uma grande tradição de estudos de segregação residencial, caudatária da clássica escola de Chicago. Esta tradição fixou a premissa de que a segregação residencial seria um objeto de estudo relevante para a sociologia na medida em que as distâncias físicas entre diferentes grupos sociais corresponderiam a distâncias sociais entre estes. Com isso, deu-se forte ênfase à análise da distribuição residencial dos diferentes grupos sociais, considerando-se a vizinhança como uma esfera privilegiada de sociabilidade. A partir destas proposições, a sociologia norte-americana desenvolveu uma série de técnicas de mensuração de segregação residencial – os diferenciais de localização das residências de distintos grupos –, enquanto indicadores dos graus de assimilação de negros e grupos imigrantes à sociedade urbana estadunidense.

Com o enorme desenvolvimento dos estudos sobre segregação nos Estados Unidos, as metodologias e perspectivas cultivadas neste país costumam pautar os parâmetros por meio dos quais a importância da segregação é avaliada em distintos contextos nacionais e locais. Acreditamos que a investigação da segregação residencial por raça em cidades brasileiras pode ensejar significativas rediscussões a respeito da própria noção de segregação e da maneira pela qual este fenômeno vem sendo abordado pela literatura internacional. Pesquisar segregação por raça no Brasil permite um questionamento de tais parâmetros e um posicionamento mais crítico perante certos cânones da literatura, sustentando-o por meio de resultados empíricos provenientes da aplicação de novas metodologias para a investigação do fenômeno.

De desenvolvimento recente no Brasil, os estudos sobre segregação residencial por raça têm como base, principalmente, o uso de dados censitários, a princípio para o cálculo de tradicionais medidas de segregação e, posteriormente, a partir da disseminação de sistemas de informação geográfica (SIG), por meio da espacialização de tais dados censitários, apresentados na forma de mapas. No entanto, conforme será detalhado, tais metodologias correspondem a concepções mais tradicionais sobre segregação. A proposta aqui aponta para a expansão do entendimento do conceito e aprofundamento do conhecimento do fenômeno por

meio da aplicação de novas metodologias que não mais baseadas unicamente na localização das residências em áreas delimitadas pelos recenseamentos.

Nossa primeira tarefa foi buscar caracterizar a segregação residencial em uma metrópole brasileira por meio de instrumentais desenvolvidos nos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, escapar da armadilha da comparação com este país, dando relevo às nossas circunstâncias históricas e sociais específicas e às peculiaridades que o fenômeno assume no contexto brasileiro. Devemos, então, descrever a segregação racial existente no Brasil à luz das características particulares da estrutura e das hierarquias raciais na sociedade brasileira. Nesse sentido, é indispensável que consideremos as articulações entre raça e classe para a análise da segregação residencial nas nossas metrópoles.

Ao aplicar técnicas de mensuração de segregação residencial desenvolvidas nos Estados Unidos e disseminadas mundo afora, foi possível constatar que, de um modo geral, e como afirmado por parte da literatura, a segregação por raça aqui seria qualificada como “moderada” em comparação com as metrópoles norte-americanas. Porém, esta adjetivação proviria da mera comparação de indicadores, tendo os valores obtidos nas cidades estadunidenses como parâmetro, e desprezando as especificidades do contexto brasileiro. Ora, se considerarmos o fato de não ter havido um histórico de segregação racial com sustentação legal nas cidades brasileiras, podemos julgar significativos (e não apenas “moderados”) os valores dos indicadores para São Paulo. Ou seja, a mensuração é fundamental para nosso entendimento dos fenômenos, mas a mera comparação descontextualizada entre valores de um indicador pode esconder muito mais do que revelar. Não podemos tomar os a realidade (ou o que se imagina dela) estadunidense como parâmetro para a interpretação da segregação racial na sociedade brasileira.

Em boa medida, este trabalho representa um grande desenvolvimento de interesses que foram primeiramente levantados em nossa pesquisa de mestrado (França 2010). Tal como anteriormente, há especial relevo na mensuração da segregação residencial entre negros e brancos com características socioeconômicas parecidas, visando responder às assertivas de que no Brasil não haveria um componente especificamente racial na segregação, que seria totalmente determinada pela classe social.

Assim, tendo em vista o objetivo de especificar o caráter racial da segregação (independente da classe social), calculamos indicadores de segregação residencial entre negros e brancos pertencentes a estratos sociais semelhantes. Foi possível, assim, argumentar que a raça é, sim, um fator relevante, uma vez que, apesar

de serem baixos entre os pobres, os indicadores de segregação racial crescem significativamente em camadas médias e altas. Os negros de classes médias e altas residem mais próximos dos pobres do que dos brancos destes mesmos estratos. Os brancos de classes médias e superiores residem nas áreas mais privilegiadas da metrópole, estando muito isolados e distantes de todos os outros grupos, até mesmo de negros com posição semelhante na estratificação social. Estas evidências divergem da tese de que, no Brasil, a segregação seria apenas por classe social, mas também estamos distantes da hipersegregação racial que deu má fama a cidades norte-americanas. Não se trata de raça ou classe, se trata de raça e classe.

Estes resultados nos impelem a dedicar especial atenção à segregação nas camadas sociais médias e altas, nas quais sobressaem mais fortemente as diferenças raciais. Importantes transformações sociais nas décadas recentes conferem importância adicional a este enfoque: a pesquisa realizada por Figueiredo (2003), comparando dados das PNADs<sup>1</sup> de 1988 e 1999, já chamava atenção para o crescimento da proporção de negros nas camadas médias e altas, realçando, inclusive, a ascensão de afirmações identitárias no decorrer deste processo de ascensão. Estudos mais recentes sobre transformações na estratificação social alimentaram um debate sobre o crescimento (ou não) das classes médias (Neri 2008; Souza 2010; Xavier Sobrinho 2011; Scalón & Salata 2012; Salata 2015). Na Região Metropolitana de São Paulo, Marques, Barbosa e Prates (2015) destacam a ocorrência, entre 1990 e 2010, de crescimento na escolarização e de transformações na estrutura produtiva, com a diminuição de empregos industriais e incremento do setor de serviços que têm levado à redução da base da pirâmide social e crescimento das ocupações profissionais.

O enfoque sobre as classes médias e altas encontra justificativa adicional na pressuposição de que, nestes estratos, os indivíduos teriam superado limitações materiais às suas possibilidades de escolher onde morar, tendo maiores chances de realizar suas preferências residenciais (Telles 1993: 14); além de, pelo menos em tese, possuírem maiores oportunidades de locomoção e de constituição de redes sociais. Desta maneira, estas camadas representariam o contexto apropriado para verificarmos os processos associados à segregação por raça. Assim, diferentemente de boa parte dos estudos sobre segregação residencial que tratam de indivíduos pobres vivendo em espaços socialmente homogêneos, buscamos entender de que maneira as distâncias físicas contribuiriam para a

---

<sup>1</sup> Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

constituição de barreiras entre indivíduos que ocupam posições semelhantes na estratificação social<sup>2</sup>.

Segundo nossa perspectiva, os diferenciais nas localizações residenciais contribuiriam para constituir limites para a inserção dos negros nas camadas médias e altas. Desta maneira, tais achados nos forneceram alicerces empíricos para propor uma discussão sobre o papel do espaço urbano para a articulação entre raça e classe em nossa sociedade, mantendo os negros afastados (física e socialmente) das classes médias brancas. No entanto, para especificar os mecanismos pelos quais o espaço constitui barreira para as relações entre negros e brancos e consolidador de desigualdades raciais, a discussão sobre segregação não deve se restringir nas distâncias residenciais.

Nesse sentido, convém, aqui, narrar um exemplo proveniente dos EUA, mas que encontraria lógicas similares em diversas situações urbanas brasileiras. Durante nosso período de estágio de pesquisas no exterior (“doutorado-sanduíche”), tivemos a oportunidade de visitar e conhecer a história de Beacon Hill, área de antiga urbanização localizada na cidade de Boston. Trata-se de um pequeno morro onde, no século XIX, constituiu-se um dos primeiros bairros negros de Boston em seu lado norte, ao passo que o lado sul abrigava casas da elite branca bostoniana. Havia, de fato, dois distintos agrupamentos residenciais, de modo que uma mensuração da segregação em uma escala pequena apontaria um alto nível de segregação racial. Entretanto, Beacon Hill é uma área muito pouco extensa (cerca de 0,4 km<sup>2</sup> apenas), implicando em grande proximidade física entre os dois grupos. Se mensurada em uma escala maior, os índices de segregação apontariam mistura racial<sup>3</sup>. Como poderíamos falar de segregação racial diante deste aparente paradoxo? Como poderia haver segregação se os domicílios são tão próximos fisicamente? A severidade da segregação pode ser

---

<sup>2</sup> Outros autores já apontaram para a necessidade de se ampliar o escopo dos estudos sobre segregação: “Limitar o foco da pesquisa em segregação aos grupos mais baixos e discriminados é reduzir seu escopo e desconsiderar mecanismos mais amplos e grupos cujas escolhas são muito mais permitidas do que restringidas e são de fato muito mais responsáveis pelas escolhas restritas dos outros (Pahl 2001). Estudar segregação como distribuição espacial desuniforme [*uneven*] de *todos* os grupos sociais da cidade e, portanto, um pré-requisito para entender fenômenos e tendências socialmente ou espacialmente mais localizados.” (Maloutas 2012: 7).

<sup>3</sup> O problema da escala é uma questão clássica e muito bem explorada nas discussões sobre técnicas de mensuração de segregação. Contudo, não é minha intenção neste ponto debater tecnicidades, mas levantar questões sobre as limitações das técnicas de mensuração para informar sobre o significado da própria noção de segregação.

constatada se considerarmos o fato de que as crianças negras eram impedidas de frequentar a Philips School, uma escola para brancos localizada a apenas 300 metros da Abiel Smith School, a escola da comunidade negra. Havia também separação racial na frequência a espaços comerciais, igrejas e outros locais onde se reuniam distintos públicos. Ou seja, para além da própria localização dos domicílios, importa também quais locais os moradores frequentam e com quem se relacionam.

Exemplos brasileiros similares e este (mas que não tratam diretamente de questões raciais) podem ser encontrados nas etnografias de Ribeiro (2008) e de Almeida *et al* (2008). O primeiro estudou a Cruzada de São Sebastião, conjunto habitacional popular no bairro nobre carioca do Leblon, o segundo trabalho trata de favela de Paraisópolis localizada no Morumbi, em São Paulo. Ou seja, ambos tratam de casos de localidades pobres contíguas a vizinhanças muito ricas nos quais a proximidade física não implica em relações sociais próximas nem tampouco em anulação de estigmas negativos acerca destas localidades.

Com estes exemplos pretendemos chamar atenção para o argumento de que o significado sociológico da segregação residencial, para além de constatações “demográficas” dos diferenciais de localização de moradias, provém do fato de que a separação das habitações implicaria em distintas possibilidades de integração entre os variados grupos sociais e distintas oportunidades de acesso a determinados locais, pessoas e recursos disponíveis na cidade. Defendemos que a investigação sociológica deve almejar uma perspectiva mais integral de segregação, tentando abarcar as dimensões da integração e do acesso, e incluindo explicitamente tais problemáticas nas definições do fenômeno, nas formas de operacionalização e nas práticas de pesquisa. Devemos, desta maneira, desenvolver uma descrição mais profunda e abrangente para compreender o que significa segregação por raça no Brasil e qual a importância do local de residência para as relações raciais em nossas cidades.

Nesse sentido, nossa intenção é, por um lado, empreender uma abordagem empírica que vise descrever de que modo o local de residência se articularia com a frequência a certos lugares e com a constituição de determinados relacionamentos sociais. Intentamos também dedicar grande atenção ao sentido da própria noção de segregação e porque o local de residência seria tão relevante; perscrutar as diferentes maneiras pelas quais tal conceito tem sido operacionalizado, sem perder de vista as limitações dos indicadores; e cultivar descrições mais completas e abrangentes de contextos específicos. Tais cautelas

devem favorecer a construção de interpretações da segregação racial mais adequadas à realidade de cidades brasileiras.

Empreendemos, então, uma pesquisa qualitativa que coletou trajetórias de vida, trajetos urbanos, locais frequentados, práticas espaciais e relações sociais, especialmente localizadas de negros e brancos em classes médias e altas. Os resultados da análise quantitativa subsidiaram diretrizes para o desenho da pesquisa qualitativa. Uma vez descritos os padrões de segregação por raça e classe social, procuramos investigar residentes em locais delimitados a partir dos resultados quantitativos. Na investigação qualitativa, lançamos mão de entrevistas semiestruturadas e levantamento de redes pessoais (“egocentradas”), questionando de que modo a segregação residencial implicaria em diferentes “experiências da cidade” para negros e brancos de classes média e alta. Com base nas informações levantadas, mapeamos “territórios” a partir dos trajetos e locais frequentados na vida cotidiana e da localização no espaço das redes pessoais dos indivíduos.

Assim, é possível revelar as maneiras pelas quais fronteiras sociais estão inscritas no espaço urbano, quais tipos de descontinuidades espaciais conformam barreiras sociais que organizam as relações raciais, e qual o papel do local de residência para estruturação destas barreiras. Pretendemos, então, propor uma caracterização da segregação racial à brasileira.

Deste modo, intentamos contribuir com a formulação de linhas de análise que visem responder questões como: o que significa falar de segregação por raça no contexto brasileiro? Em que medida o local de residência pode interferir nas relações raciais e moldar diferentes experiências para negros e brancos? De que maneira a segregação pautaria diferentes trajetórias, apresentando-se como um fator organizador das relações entre negros e brancos no espaço urbano?

Este livro é composto por dois pares de capítulos: o primeiro e o terceiro levantando problemáticas que são aprofundadas empiricamente pelo segundo e quarto capítulos, respectivamente.

No primeiro capítulo, apresentamos uma discussão crítica sobre a noção de segregação e o estudo da segregação residencial por raça. Trataremos das definições de segregação que norteiam a literatura, as formas de encaminhamento desta problemática de pesquisa, modos de operacionalização e mensuração, e os argumentos pelos quais os autores justificam a importância do estudo deste fenômeno. A segunda metade do capítulo visa discorrer sobre a maneira pela qual a segregação residencial por raça tem sido abordada no Brasil, seja no campo da sociologia das relações raciais, seja no campo dos estudos urbanos. Proporemos



um posicionamento com relação a esta literatura, visando bases descritivas adequadas ao nosso contexto e colocando a seguinte questão: Qual o papel da segregação para as relações e desigualdades raciais no contexto brasileiro?

Para tanto, defendemos abordagens que não se restrinjam às formas mais tradicionais de mensuração enfocadas na localização das residências e aos estudos das relações de vizinhança. Argumentamos que é necessário avançar no sentido de revelar quais as maneiras que o espaço residencial se relaciona com diferentes possibilidades de integração entre grupos sociais e oportunidades de acesso à cidade. Nesse sentido, os indicadores quantitativos não devem ser lidos como reveladores privilegiados da segregação, mas como elementos a serem analisados conjuntamente com outros tipos de materiais empíricos.

Não obstante, tais indicadores constituem o cerne das análises apresentadas no Capítulo 2. Este segundo capítulo concentra-se na análise de dados quantitativos dos censos de 2000 e 2010, visando revelar as especificidades, contornos e tendências das desigualdades raciais e da segregação residencial por raça na região metropolitana de São Paulo. Apresentamos um panorama das desigualdades raciais em educação, ocupação e renda, em 2000 e 2010, visando caracterizar a posição ocupada pelos negros na estratificação social, em comparação com os brancos. Em seguida, a segregação residencial é mensurada por meio de distintas técnicas, não apenas as mais tradicionais, para que as limitações de cada forma de medida sejam compensadas pela complementariedade entre elas.

O Capítulo 3 apresenta perspectivas sociológicas visando interpretar os resultados dos dados analisados e alicerçar a proposta de pesquisa qualitativa, cujos resultados são apresentados no capítulo seguinte. São formuladas interpretações a partir do diálogo com a teoria weberiana dos estamentos e com trabalhos da sociologia das relações raciais que tratam da articulação entre raça e estratificação social no Brasil, tentando demonstrar a importância do espaço urbano e, mais especificamente, do local de residência para tal articulação.

No final deste capítulo, partimos de críticas a abordagens tradicionais da segregação – muito enfocadas na esfera local e nas relações de vizinhança – e de uma breve revisão sobre perspectivas alternativas sobre segregação para propor novas estratégias empíricas com referenciais mais abrangentes do que a vizinhança e com o uso de técnicas qualitativas. Inspirados por estudos recentes sobre segregação e questões urbanas que dão ênfase a redes sociais, trajetos e mobilidades individuais, propomos uma estratégia de pesquisa baseada no levantamento dos lugares frequentados pelos indivíduos no espaço da metrópole

e na composição de suas respectivas redes pessoais, bem como na localização das moradias dos componentes delas.

O quarto capítulo apresenta os resultados e análises dos dados primários colhidos na pesquisa qualitativa e de redes pessoais enfocando a importância do local de residência e da raça para a conformação de distintos “territórios” nos quais se desenrolam práticas e relações sociais. Iniciamos com uma descrição do planejamento, instrumentais e procedimentos da pesquisa qualitativa desenvolvida. Foram realizadas 28 entrevistas com indivíduos de classe média, negros e brancos, homens e mulheres, em três distintas áreas do município de São Paulo: São Miguel Paulista, Tatuapé e Itaim Bibi. Neste capítulo, pretendemos demonstrar os aspectos de integração e acesso que dão sentido ao estudo da segregação, enfatizando a importância da raça e do local de residência para as experiências urbanas dos indivíduos.

Com este livro objetivamos a construção de uma proposta de interpretação sociológica sobre o papel da segregação residencial no quadro das relações raciais no Brasil, lançando mão de questionamentos teóricos e empíricos da própria noção de segregação e de suas implicações. Trata-se, assim, de tentar identificar por quais mecanismos e processos a distância física residencial e a distância social se articulam, tendo em vista especificidades de raça e classe social. Este intento abrange questionamentos não apenas acerca dos “lugares” de cidade em sua relação com determinados grupos sociais, mas também sobre as próprias relações que se estabelecem nela, os usos e possibilidades de acesso a ela, pautando distintas trajetórias, mostrando modos pelos quais padrões espaciais podem se traduzir em relações sociais (Logan 2012: 508).